



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA**  
**Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202080000130	Distribuição: 29/01/2020
Número Único: 0000131-15.2020.8.25.0062	Competência: Porto da Folha
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: REINALDO DA PAIXAO DOS SANTOS  
Endereço: POVOADO CHUMBINHO  
Complemento:  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: PORTO DA FOLHA - Estado: SE - CEP: 49800000  
Requerente: Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000130

**DATA:**

29/01/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

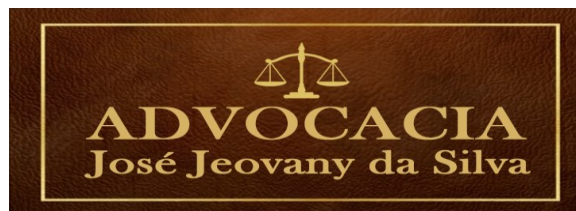
Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202080000130, referente ao protocolo nº 20200128205206265, do dia 28/01/2020, às 20h52min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE PORTO DA FOLHA – SERGIPE**

**REINALDO DA PAIXÃO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG nº 1.538.800 SSP/SE e CPF nº 004.236.065-06, residente e domiciliado no Povoado Chumbinho, S/N, Zona Rural, Porto da Folha/SE, CEP 49.800-000, Tel.: (79) 99626-4982, **não possui endereço eletrônico**, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

**DOS FATOS**

No dia 24 de Julho de 2017, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 150 TITAN KS, ano 2008/2009, cor preta, placa IAN-



1426, CHASSSI 9C2KC15109R009960, Capela/SE, quando acabou colidindo com um carro, vindo o Requerente cair abruptamente ao chão, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fratura na perna direita e uma pancada na cabeça em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:



Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. **Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o esgotamento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).  
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**

(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:



§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE)DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).**



EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. **“O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ.** “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.** (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

## **DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a



não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 28 de Janeiro de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



## ANEXO I

### QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:**

Reinaldo da Paixão dos Santos, brasileiro, solteiro, lavrador inscrito no RG sob nº 1.538.800 SSP/SE e no CPF sob nº 004.236.065-06, residente e domiciliado no Paralelo Chumbeiro, S/N, Zona Rural, Porto da Folha/SE, CEP: 49800-000.

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

**FINALIDADE:**

propor ação de calúnia.

N. Sra. da Glória/SE, 27 de Janeiro de 2020

Reinaldo da Paixão dos Santos  
Assinatura



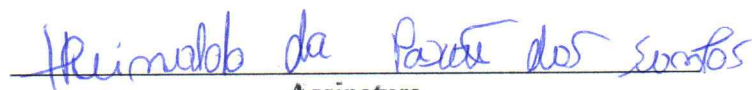
## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**Declarante:** Reinaldo da Paixão dos Santos, brasileiro, solteiro, lavrador, inscrito no RG sob N° 1.538.800 SSP/SE e no CPF sob N° 004.236.065-06 residente e domiciliado no Povoado Chumbyrão, S/N Zona Rural, Posto da Fátima /SE, CEP: 49800-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

1/5m da Glória /SE, 27 de Janeiro de 2020

  
Assinatura



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERICIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO "DR. CARLOS NEHEZES"

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

ASSINHA 124 (Nº 1014141)

*Renaldo da Paão dos Santos*



POLEGAR DIREITO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.538.800 2.VIA

DATA DE EXPEDICAO 16/02/2018

NOME **RENALDO DA PAÃO DOS SANTOS**

FILIAÇÃO **MARIA DE DEUS DOS SANTOS**

**LEONARDO VIEIRA DOS SANTOS**

NATURALIDADE **GRACIHO CARMO-SE**

DOC ORIGIN **CT. NASCIMENTO NR 2.727 LV 4-12 FL 342**

DATA DE NASCIMENTO **12/04/1974**

CPF **04.236.065-06**

CPF DIST **GRACIHO CARMO, COM DE ALIADA-SE**

LEI Nº 7.166 DE 29/03/83

REINALDO DA PAIXAO DOS SAITOS  
POV CHUMBINHO, S/N - AREA RURAL  
PORTO DA FOLHA / SE CEP: 489000-10 (AG: 461)

**energisa**  
ENERGISA SERGIPE DISTRIB ENERGIA SA  
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP 49040-150  
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc. Est. 270.787.436  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 018.098.977  
Cód. para Déb. Automático: 00008024515

Ligação: MONOFÁSICO  
Clas/Sec: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA  
Roteiro: 18-481-700-1020 Referência: Out / 2019  
Medidor: E5030882779 Emissão: 25/10/2019

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Out / 2019	25/10/2019	26/11/2019	004.236.065-06 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **3/802451-5**

**Canal de contato**

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.  
Conheça a Gisa, nossa atendente virtual do WhatsApp?  
Ela pode te ajudar com informações sobre débitos, enviar a segunda via da conta de energia e até fazer pedido de religação.  
Salve nosso número e nos chame sempre que precisar.  
79 99101-0719

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
25/09/19	8117	25/10/19	8147	1	30	30

Demonstrativo									
CCl	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor	Base Calc	Aliq	ICMS (R\$)	Base Calc	Pot (R\$)
0601	Consumo até 30kWh/mês	30,000	0,186220	5,58	0,00	0	0,00	5,58	0,05
0601	Adic. B. Vermelha			0,07	0,00	0	0,00	0,07	0,00
0601	Adic. B. Amarela			0,15	0,00	0	0,00	0,15	0,00
0610	Subsídio			10,78	0,00	0	0,00	10,78	0,09
	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0899	DÉBITO COMPENSADO 09/2019			8,25	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0601	REST. BAND. AMAR. RESIDENCIAL 09/2019			-0,02	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0908	Devolução Subsídio			-10,22	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCl: Código de Classificação do Item TOTAL: 14,52 0,00 0,00 16,54 0,14 0,68  
Tarifa de Tributos Até 30kWh 0,176850

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
80	<b>01/11/2019</b>	<b>R\$ 14,52</b>

**Histórico de Consumo (kWh)**

151	104	102	92	104	98	96	84	92	80	80	80
Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Maio/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19

**RESERVADO AO FISCO**

2fff.9289.7de3.45db.de4d.4226.8d28.8432.

**Indicadores de Qualidade 8/2019-PORTO DA FOLHA**

Límites da ANEEL	Apurado	Límite de Tensão (V)
DIO MENSAL	11,74	NOMINAL
DIO TRIMESTRAL	23,48	
DIO ANUAL	46,96	CONTRATADA
FIO MENSAL	7,87	
FIO TRIMESTRAL	15,34	LÍMITE INFERIOR
FIO ANUAL	30,68	
CMC	6,49	LÍMITE SUPERIOR
DIO	16,60	

**Composição do Consumo**

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/SE	2,00	13,74
Compra de Energia	2,81	20,00
Serviço de Transmissão	0,19	1,33
Encargos Setoriais	0,40	2,75
Impostos Diretos e Encargos	0,62	4,27
Outros Serviços	8,22	56,56
<b>Total</b>	<b>14,56</b>	<b>100,00</b>

Valor de EUSD (Ref: 8/2019) R\$ 2,72

**ATENÇÃO**

- AVISO: Permanecendo em atraso os DÉBITOS ANTERIORES, a reavaliação, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.  
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 10,22.  
Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município.  
- Faturamento p/ mínimo de fase - Art. 414 - ANEEL.

**Faturas em atraso**

Maio/19	46,81
Abril/19	154,49
Março/19	121,11
Fevereiro/19	149,18
Jan/19	144,99
Dez/18	144,74

**BANCO DO BRASIL** PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03087.89;008 03729.807176 3 80600000001452

PAGADOR: REINALDO DA PAIXAO DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 034.236.065-06  
POV CHUMBINHO, S/N - AREA RURAL - PORTO DA FOLHA / SE CEP: 48900000

Nosso Nr.	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30878930003729807	00080245120-910	01/11/2019	R\$ 14,52	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.462/0001-63  
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa - Aracaju / SE - CEP 49040-150

Agência / Código do beneficiário: 3034-3/178003-4





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA - PORTO DA FOLHA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 131952/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 13/12/2019 10:24 Data/Hora Fim: 13/12/2019 10:42  
Origem: Pessoa Física - Particular  
Delegado de Polícia: Neviton Rodrigues Dos Santos

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Regional de Itabaiana - Aisp  
Data/Hora do Fato: 24/07/2017 23:00

Local do Fato

Município: Itabaiana (SE)  
Logradouro: Povoado Cajaíba

Bairro: Povoado Cajaíba

CEP: 49.500-990

Ponto de Referência: Próximo à Cidade de Itabaiana  
Tipo do Local: Área Rural

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
20005: ACIDENTE COM LESÕES	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: REINALDO DA PAIXÃO DOS SANTOS (VÍTIMA, COMUNICANTE)		
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: SE - Gracho Cardoso	Sexo: Masculino
Profissão: Agricultor	Nasc: 12/04/1974	
Estado Civil: Solteiro(a)		
Nome da Mãe: Maria de Deus dos Santos	Nome do Pai: Leonardo Vieira dos Santos	

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 004.236.065-06  
RG - Carteira de Identidade: 1.538.800

Endereço

Município: Porto da Folha - SE  
Logradouro: Povoado Chumbinho  
Complemento: Casa  
Bairro: Área Rural  
Telefone: (79) 99626-4982 (Celular)

CEP: 49.800-000

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 015.516.055-97	Placa IAN1426
Renavam 00182382702	Número do Motor KC15E19009960
Número do Chassi 9C2KC15109R009960	Ano/Modelo Fabricação 2009/2008
Cor PRETA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo Capela	Marca/Modelo HONDA/CG 150 TITAN KS
Modelo HONDA/CG 150 TITAN KS	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 18/12/2009	Situação do Veículo NADA CONSTA



Delegado de Polícia Civil: Neviton Rodrigues Dos Santos  
Impresso por: Neviton Rodrigues Dos Santos  
Data de Impressão: 13/12/2019 10:43  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA - PORTO DA FOLHA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 131952/2019

Nome Envolvido	Envolvimentos
Reinaldo da Paixão dos Santos	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Informa o Noticiante que na data supracitada sofreu um acidente de motocicleta quando vinha do Povoado Cajaíba localizado na cidade de Itabaiana/SE com destino a um sítio também localizado no Povoado Cajaíba acabou colidindo com um carro vindo a cair da motocicleta. Que em decorrência da batida acabou quebrando a perna direita e levou uma pancada na cabeça por conta da batida. Que a motocicleta é de posse do Noticiante, porém a propriedade está em nome do antigo dono o senhor Joseano Santos Meneses. Que os dados da motocicleta é os que segue: Placa IAN1426, Chassi 9C2KC15109R009960, Núm. Motor KC15E19009960, Renavam 00182382702. Que registra esse Boletim de Ocorrência para da entrada no Seguro DPVAT.

É o relato.

ASSINATURAS

Neviton Rodrigues Dos Santos  
Delegado de Polícia  
Matrícula 838989  
Responsável pelo Atendimento

Reinaldo da Paixão dos Santos

Reinaldo da Paixão dos Santos  
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(s) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderá responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

O.E.: M280030801

ESFERT: PRIVADO

APRESENTAÇÃO: 09/2017

DATA: 31/08/2017

Num AIH: 281710072364-6

Situação: SEM ERRO

Tipo: 01-INICIAL

Apresentação: 08/2017

Data Autorização: 14/08/2017

Especialidade: 01 - CIRURGICO

Orgão Emissor: M280030801

CRC:

Doc autorizador: 209721234600005

Doc med resp: 206790614650009

Doc diretor clínico: 206790614650009

Doc médico solic: 124301372500007

CNS: 0002283 - FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

CNS: 70960168883107-2

Paciente: REINALDO DA PAIXAO DOS SANTOS

Prontuário: 1007677

Data Nasc.: 12/04/1974 Sexo: MASCULINO

Nacionalidade: 010 - BRASIL

Tipo Doc.: Identidade

Doc: 1538800

Responsável pac.: MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS SOUZA

Nome da Mãe: MARIA DE DEUS DOS SANTOS

Endereço: CAMPO POV CHUMBINHO Bairro: CENTRO

Raça/Cor: 99-SEM INFORMACAO Etna: 0000-NAO SE APLICA

Município: 280560 - PORTO DA FOLHA

UF: SE CEP: 49800-000

Telefone: (79)9963-13930

Muda Proc.: NÃO

Procedimento solicitado: 04.08.05.055-1 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PLANTAO TIBIAL

Procedimento principal: 04.08.05.055-1 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PLANTAO TIBIAL

Diag. principal: S821-FRATURA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DA TIBIA

Diag. secundário:

Complementar:

Causa Óbito:

Carater atendimento: 02 - URGENCIA

Modalidade: HOSPITALAR

Data internação: 14/08/2017

Data saída: 18/08/2017

Mot saída: 12 - ALTA MELHORADO

Liberação SISAIH01:

AIH Anterior:

AIH Posterior:

[ Causas Externas (Acidente ou Violência) ]

CNPJ do Empregador:

CNAER: -

Vínculo Previdência:

CBOR: -

## PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Linha	Procedimento	Documento	CBO	CNES/CNPJ	Apurar Valor p/	Qtde	Cmpt	Descrição
1	040805055-1	107995369860004	225270(1)	0002283	0002283	1	08/2017	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO
2	040805055-1	190125400140018	225151(6)	3359948	3359948	1	08/2017	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO
3	070203064-3			02681701000169	02681701000169	1	08/2017	PARAFUSO CANULADO 2,0 MM
4	070203064-0			02681701000169	02681701000169	1	08/2017	ARRUELA LISA

## DADOS DE QPM

Linha	Nota Fiscal	CNPJ Fornecedor	Lote	Série	Req. ANVISA	CNPJ Fabricante
3	000034036	02.681.701/0001-69				
4	000034036	02.681.701/0001-69				

## CID SECUNDÁRIO

Cid	Característica	Descrição
W199	PREEXISTENTE	QUEDA SEM ESPECIFICACAO - OUTROS LOCAIS ESPECIFICADOS

Número de Nascidos	Número de Saídas	Nº Pré-Natal:
Vivos: Mortos: Altas: Transf.: Óbitos:		

"De acordo com a Portaria SAS/MS Nº 92 de 22 de agosto de 1995 publicada no diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 24.08.1995. Seção I, p. 12986, uma via deste relatório deve ser arquivado no prontuário do paciente"

ASSINATURA E CARIMBO  
DIRETOR DO HOSPITAL

Dr. Márcio V. C. Alves  
Supervisão Hospitalar NUCAAR  
CRM 2125

09/2017  
pg - 58

NAS 104  
Vigilância Epidemiológica  
HUSFaturado  
Assinatura do Médico

DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

DO BE: 1576018

DATA: 08/08/2017 HORA: 14:06 USUARIO: JCNUNES

SETOR: 29-AZUL(MACA)PS ADULTOS

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

ME : REINALDO DA PAIXAO DOS SANTOS DOC....:  
IDADE.....: 43 ANOS NASC: 12/04/1974 SEXO...: MASCULINO  
DERECO.....: POV CHUBINHO NUMERO:  
COMPLEMENTO....: 709601688831072 BAIRRO:  
MUNICIPIO.....: PORTO DA FOLHA UF: SE ... CEP....:  
NOME PAI/MAE...: LEONARDO VIEIRA DOS SANTOS /MARIA DE DEUS DOS SANTOS  
RESPONSAVEL....: A IRMA/MARIA TEL....: 79-99821-:  
PROCEDENCIA....: PORTO DA FOLHA 9-30  
ENDIMENTO....: DOR GENERALIZADA  
USO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
CID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

[ 139 X 93 mmHg ] PULSO: 62 ] TEMP.: 36 ] PESO: [

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

NOTAS CLINICAS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Refere que o ferimento ocorreu para reatuação  
do tratamento de tuberculose pulmonar. Sintomático. (Vide exame)  
Refere dor, esporádica, na lateral da cabeça  
do crânio. Suturedo há 7 dias.

AGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Prescrição - Dr. Exp. Idm  
Prescrição do C/d de cabeça e pescoço  
Solicito avaliação da cirurgia geral - vide  
encaminhamento em anexo, digo alta hospitalar pb  
ambulatório de retorno

17.8.17  
Téc. enf.  
Chamirle  
Gouveia Siqueira

DATA DA SAIDA: TA: [X] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
TERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE): RITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IMPL [ ] ANAT. PATO

Assinatura do Sr. Carlos dos Santos Sousa  
SINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

NOME DO PACIENTE: REINALDO DA PAIXÃO DAS SANTAS  
DATA DA ENTRADA: 08/08/2017  
DATA DA SAÍDA: 08/10/2017

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS ( ) ENFERMARIA ( ) UTI ( )

**HISTÓRICO CLÍNICO:**

PACIENTE COM RELATO DE REAVALIAÇÃO DO CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO E DO ORTOPEDISTA, QUEIXA-SE DE DORES NO LOCAL DA LESÃO DO CRÂNIO SUTURADO HA OS DIAS. FOI MEDICADO, AVALIADO PELA CIRURGIÁ GERAL, TEVE ALTA DO HOSPITAL EXAMINADO NO AMBULATÓRIO DE RETORNO EM 08-08-2017.

**HISTÓRICO CIRÚRGICO:**

NAC CONSTA

**EXAMES COMPLEMENTARES:**

NAC CONSTA

**MÉDICOS ASSISTENTES:**

DR. RENATO MESQUITA  
DR. RAMON JAIMES BUSTAMANTE

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ( / ) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 28 de NOVEMBRO de 2019

Izac Souza de Mendonça  
CPF: 201.951.925 - 91  
Médico  
CRM / SE 1518

Izac Souza de Mendonça  
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Izac Souza de Mendonça  
CPF: 201.951.925 - 91  
Médico  
CRM / SE 1518

Relatório Médico

- O Sr. Reinaldo de Pinho par  
Santos (RG: 1.538.800-56),  
Apresenta dor no membro superior  
direito (no dia 24/07/2017), sendo  
tratado cirurgicamente. Estado de  
Alta definitiva.  
(CI): 582.1

Assinatura 10/01/2020

Dr. Leopoldo Mendes Barreto  
Ortopedia - Traumatologia  
CRMSE 1631



HOSPITAL DE CLÍNICAS "DR. AUGUSTO LEITE"  
**RELATÓRIO DO ATO CIRÚRGICO**

UNIDADE:

PACIENTE:

Rinaldo da Paixão dos Santos

MATRICULA:

1007677

IDADE:

43 anos

CONVÊNIO:

SUS

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO:

Fratura de platô tibial direito

QUIRÚRGIA REALIZADA:

Redução cirúrgica com fixação

CIRURGIÃO:

Dr. Roberto Lima

ANESTESIOLOGISTA:

Dr. Patrícia

AUXILIAR:

AUXILIAR:

ANESTESIA UTILIZADA:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:

EQUIPAMENTOS

☐ B. E. / BIPOLAR

☐ TRÉPANO ELÉTRICO

☐ SERRA ELÉTRICA

☐ MICROSCÓPIO CIRÚRGICO

☐ FONTE DE LUZ / FIBRA ÓTICA

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO:

Osteólite dual

antissepsia

Campos

Incisão-Dissecção

Redução cirúrgica com fixação

Síntese do ferimento

Curativo

16/08/17

DATA

MOD. 042-HCAL

Dr. Roberto Lima  
Ortopedia/Traumatologia

ASSINATURA DO CIRURGIÃO

**Rio de Janeiro, 06 de Janeiro de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190702292**

**Vítima: REINALDO DA PAXAO DOS SANTOS**

**Data do Acidente: 24/07/2017**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), REINALDO DA PAXAO DOS SANTOS**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

**Recebedor: REINALDO DA PAXAO DOS SANTOS**

**Valor: R\$ 1.687,50**

**Banco: 104**

**Agência: 000003303**

**Conta: 0000041041-9**

**Tipo: CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000130

**DATA:**

29/01/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA**  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000130

**DATA:**

30/01/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 98 e ss. do CPC. Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**Porto da Folha**

Nº Processo 202080000130 - Número Único: 0000131-15.2020.8.25.0062

Autor: REINALDO DA PAIXAO DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 98 e s s . d o C P C .

Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º, NCPC).

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO LUIZ RIGO DA SILVA, Juiz(a) de Porto da Folha**, em 30/01/2020, às 18:01:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000209819-01**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000130

**DATA:**

12/03/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que expedi mandado de nº 202080001261.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000130

**DATA:**

12/03/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202080001261 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA  
[TM4205,MD2372] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Porto da Folha  
Rua Augusto César Leite, Nº189  
Bairro - Centro Cidade - Porto da Folha  
Cep - 49800-000 Telefone - (79)3349-1229

Normal(Justiça Gratuita)



202080001261

PROCESSO: 202080000130 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000131-15.2020.8.25.0062  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: REINALDO DA PAIXAO DOS SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

**Finalidade:** Responder em 15 (quinze) dias.

**Despacho:** Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 98 e ss. do CPC. Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

Atenciosamente,

Ilmoº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - -

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **JAILTON SANTOS JÚNIOR, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Porto da Folha**, em 12/03/2020, às 12:25:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000573481-80**.

---